

**ATA DA 117ª REUNIÃO
EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
URBANO E MEIO AMBIENTE-
CONPLAM**

1 Aos onze dias do mês de outubro de dois mil e cinco, às 08:30, reuniu-se, no Auditório do
2 Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio Grande do Norte –
3 CREA/RN, na Av. Senador Salgado Filho, 1840 – Lagoa Nova, o Conselho Municipal de
4 Planejamento Urbano e Meio Ambiente – CONPLAM, na centésima décima sétima reunião
5 extraordinária do Colegiado. A Presidente do Conselho, Senhora MARIA VIRGÍNIA
6 FERREIRA LOPES, procedeu à composição da mesa, mediante a convocação das seguintes
7 pessoas: Senhora GILKA DA MATA, Promotora Pública do Meio Ambiente; Senhor
8 FÁBIO NESI VENZON, Procurador da República; Senhor SÍLVIO DE ARAÚJO
9 BEZERRA, Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil – SINDUSCON/RN;
10 Senhor MARCELO CAETANO ROSADO, Diretor Técnico da Companhia de Águas e
11 Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN; Senhor VITAL GORGÔNIO DA NÓBREGA,
12 representante da Secretaria Municipal de Obras e Viação – SEMOV; Senhor ISAÍAS DE
13 ALMEIDA COSTA FILHO – representante do Conselho Municipal de Saneamento Básico
14 – CONSAB. A Senhora ELEQUICINA MARIA DOS SANTOS, Presidente do CREA/RN,
15 convidada, declinou do convite. Presentes à Reunião, os seguintes Conselheiros do
16 CONPLAM, Senhor FÁBIO RICARDO GÓIS, representante titular do Governo do Estado;
17 Senhor MANOEL DE OLIVEIRA CAVALCANTI NETO, representante titular da
18 Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte – FIERN; Senhor RONALD GURGEL,
19 representante titular da Federação do Comércio do Rio Grande do Norte – FECOMÉRCIO;
20 Senhor FABRÍCIO DE PAULA LEITÃO, representante titular da Universidade Federal do
21 Rio Grande do Norte – UFRN; Senhor JORGE LUIZ N. CHAVES, representante suplente
22 do EXÉRCITO; Senhor HENRIQUE AFONSO LIMA, representante suplente da
23 MARINHA; Senhor LUCIANO GALINA DE MEDEIROS, representante suplente da
24 AERONÁUTICA; Senhor STÊNIO PETROVICH PEREIRA, representante suplente da
25 Ordem dos Advogados do Brasil – OAB/RN; Senhor WILSON LUIZ CARDOSO,
26 representante titular do Clube de Engenharia; Senhor RICARDO FARIAS DO AMARAL,
27 representante suplente da Associação de Geólogos do Rio Grande do Norte – AGERN; os
28 Senhores KALAZANS LOUZÁ BEZERRA DA SILVA E DJALMA PINTO DE
29 OLIVEIRA – representantes da Federação das Entidades Comunitárias do Rio Grande do
30 Norte – FECEB/RN; e o Senhor DAVI QUEIROZ DE MEDEIROS, representante titular do
31 Sindicato dos Economistas do Rio Grande do Norte. Presentes, ainda, conselheiros titulares
32 e suplentes do CONSAB, consultores GEORGE CUNHA, da ARCO CONSULTORIA de
33 João Pessoa/PB, à serviço da CAERN e MANOEL LUCAS, da Agência Reguladora de
34 Saneamento Básico de Natal – ARSBAN, além do Senhor URBANO MEDEIROS –
35 Presidente da ARSBAN, técnicos da Secretaria Especial de Meio Ambiente e Urbanismo –
36 SEMURB, da CAERN, da Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Finanças –
37 SEMPLA. Composta a mesa dos trabalhos, a Presidente agradeceu antecipadamente à
38 direção do CREA/RN pela cessão do auditório, bem como enalteceu a presença de todos os
39 participantes. Ato contínuo, sugeriu que se iniciasse a pauta a partir da Ordem do Dia,
40 transferindo os demais assuntos para a próxima reunião ordinária. Tendo a sugestão sido
41 aprovada por unanimidade de votos dos Conselheiros do CONPLAM. Em seguida, a
42 Presidente passou a palavra ao Senhor VITAL GORGÔNIO DA NÓBREGA para discorrer
43 sobre o tema: Drenagem Urbana de Natal. Iniciando, o palestrante informou que, em

44 decorrência de uma falha de comunicação, não sabia que realizaria exposição sobre tema, no
45 entanto, ao chegar ao local da reunião, recebeu esclarecimentos da Secretaria Executiva e
46 providenciou, de última hora, a busca de relatório sobre drenagem do bairro de Ponta Negra,
47 no ano de dois mil e um. Prontificou-se, então, a apresentar o mencionado documento e a
48 responder questões sobre a drenagem nos demais bairros. Os conselheiros do CONPLAM,
49 Senhores KALAZANS LOUZÁ BEZERRA DA SILVA, WILSON LUIZ CARDOSO, e
50 RICARDO FARIAS DO AMARAL, argumentaram que o tema deveria abranger a CIDADE
51 DO NATAL, tendo, inclusive, indagado sobre o Plano Diretor de Drenagem. Em resposta, o
52 palestrante se dispôs a apresentar, então, o relatório e a responder às questões sobre as outras
53 localidades; afirmou também inexistir Plano Diretor de Drenagem, estando a SEMPLA
54 negociando com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, a aprovação do
55 financiamento para a elaboração desse documento, componente do “PROGRAMA NATAL
56 DO FUTURO”. A Presidente interveio, solicitando que o Vice-Presidente do Colegiado,
57 MANOEL DE OLIVEIRA CAVALCANTI NETO, que presidiu a 148ª Reunião Ordinária,
58 esclarecesse o assunto. Após relato circunstanciado, o Conselho aprovou a proposta da
59 exposição delineada pelo palestrante. O representante da SEMOV, ao abordar o tema,
60 utilizando fotografias digitalizadas, demonstrou, com riqueza de detalhes que, o serviço de
61 drenagem de Ponta Negra, contratado pelo Governo do Estado com recursos provenientes
62 do PRODETUR, apresentava graves erros, tanto na sua concepção, como na sua execução,
63 comprometendo seriamente a eficiência do sistema; esclareceu, ainda que, a SEMOV não
64 teve nenhuma participação em nenhuma fase do projeto e que sistematicamente a SEMOV
65 tem realizado trabalho de manutenção do serviço. Em seguida, respondendo à indagação do
66 conselheiro MANOEL DE OLIVEIRA CAVALCANTI NETO, relatou a situação da
67 drenagem nos bairros de Tirol e Petrópolis. Teceu comentários sobre as deficiências
68 apresentadas no serviço de drenagem nesses bairros. Informou, inclusive, que a reforma do
69 sistema demandaria um volume elevado de recursos financeiros, além de implicar em
70 transtornos graves nas proximidades do Hospital São Lucas e do PAPI, informando que, em
71 função da ociosidade de parte da drenagem do bairro da Ribeira, está sendo estudada pela
72 SEMOV a interligação dos sistemas (Petrópolis / Tirol / Ribeira). Em seguida, discorreu
73 sobre a importância da drenagem na Av. Antonio Basílio, em Lagoa Nova. Em relação à
74 Zona Norte, lamentou que uma área de sessenta mil metros quadrados, destinada ao sistema,
75 tenha sido utilizada em grande parte para construções, comprometendo seriamente a solução
76 do problema na região, tendo em vista que restaram apenas dezessete mil metros quadrados
77 do mencionado terreno. Respondendo satisfatoriamente a todas as questões, foi enaltecido o
78 seu domínio técnico sobre a drenagem urbana da cidade. Ato contínuo, a Presidente
79 convidou o representante da CAERN, o Senhor MARCELO CAETANO ROSADO para
80 apresentar o tema nº 2 – Sistema de Esgotamento Sanitário de Ponta Negra. O Diretor
81 Técnico da CAERN convidou então, o Senhor GEORGE CUNHA, Consultor contratado
82 pela Empresa, para realizar a exposição. Iniciando, afirmou que o Plano Diretor de
83 Saneamento Básico, redigido em um mil novecentos e noventa e quatro não foi respeitado
84 quando se elaborou o projeto de Saneamento Básico do bairro, comprometendo a eficiência
85 do sistema. Afirmou, ainda, ser imprescindível que se defina qual a solução técnica a ser
86 adotada para a cidade, afirmando que no caso específico de Natal não existem soluções
87 simples e baratas para resolver o problema. No caso de Ponta Negra, o maior desafio se
88 refere ao destino final, por não existir local adequado e suficiente para essa finalidade.
89 Quanto à proposta de infiltração nas dunas, sugerida recentemente por consultor contratado
90 pela empresa, afirmou que não existia a aplicação da experiência em nenhuma Cidade do
91 Brasil, julgando ser temerária qualquer solução heterodoxa para uma cidade do porte de
92 Natal. Demonstrou, ainda, a experiência exitosa da cidade de João Pessoa, que está se
93 aproximando ao atendimento de 84% da população, com uma eficiência de 82%;

94 apresentando um baixo custo de implantação e simplicidade de operação, não ocasionando
95 problemas ambientais. Esclareceu, no entanto, que cada situação apresenta peculiaridades
96 próprias. O investimento financeiro para Ponta Negra, exige vinte e cinco milhões de reais,
97 todavia, devido ao problema do destino final, o empreendimento se torna inviável. A
98 solução de destino final, utilizando emissário submarino, envolveria um custo de cento e
99 oitenta e um milhões de reais, quando, para resolver o problema de toda a região sul de
100 Natal, utilizando o processo anaeróbico, o investimento seria de setenta milhões de reais,
101 com redução de 80% (oitenta por cento) de DBO – Demanda Biológica de Oxigênio. Falou,
102 ainda, sobre a possibilidade do reuso da água na agricultura, utilizando canalização com
103 quatorze quilômetros de extensão até a fazenda Rockfeller. O palestrante afirmou, ainda, ser
104 importante uma solução integrada e sustentável para a Grande Natal, em função de
105 Parnamirim, São Gonçalo do Amarante e Extremoz estarem enfrentando problemas
106 idênticos em função de serem limítrofes com a Capital. O palestrante também abordou a
107 solução através do lodo ativado, que apresenta um custo oito vezes maior que o processo
108 convencional, embora tenha uma eficiência de até noventa e seis por cento. Apresenta,
109 porém, um problema ambiental: o que fazer com o lodo? O palestrante acrescentou que o
110 aumento da eficiência do sistema, requer um incremento exponencial nos custos. Afirmou,
111 finalizando, que o problema ambiental pode ser minimizado, mas não existem soluções
112 miraculosas que evitem transtornos. Encerrando a apresentação, o palestrante colocou-se à
113 disposição para o debate com os participantes. Retomando a palavra, a Presidente facultou
114 aos membros da mesa, para que questionassem os palestrantes. O representante do
115 CONSAB, Senhor ISAIAS DE ALMEIDA COSTA FILHO, externou sua preocupação em
116 relação aos projetos diante dos problemas referentes à Educação Ambiental, abordando o
117 monitoramento do sistema junto aos empreendedores ligados à atividade turística,
118 ressaltando que houve uma falha no planejamento, resultante do sub-dimensionamento da
119 demanda, uma vez que o sistema foi planejado em 1996 e executado em 2000. Em seguida,
120 o Senhor SILVIO DE ARAUJO BEZERRA, solidarizou-se com o CONPLAM pela
121 iniciativa do debate, ressaltando que o problema de infra-estrutura compromete a atividade
122 empresarial de construção civil, afirmando que existe uma solução a curto prazo e outra a
123 longo prazo, sendo imprescindível que o Poder Público Federal, Estadual e Municipal, unam
124 os esforços para conseguir os recursos financeiros suficientes para a solução definitiva do
125 problema. A Promotora Pública do Meio Ambiente, Dra. GILKA DA MATA salientou que
126 o sistema de drenagem de Ponta Negra, realizado com recursos do PRODETUR, não dispõe
127 da Licença de Operações concedida pelo IDEMA, tendo orientado a Secretaria de Estado do
128 Turismo – SETUR, no sentido de solicitar a referida licença, cabendo ao IDEMA, apresentar
129 relatório contendo as irregularidades a serem corrigidas, para a sua concessão. O Governo
130 do Estado entregaria, assim, o sistema devidamente licenciado para administração da
131 SEMOV, órgão da Prefeitura Municipal do Natal responsável pela gestão do sistema de
132 drenagem urbana. Afirmou, ainda, que deve ser providenciada com urgência a elaboração do
133 Plano Diretor de Drenagem. Quanto ao sistema de saneamento básico de Ponta Negra
134 afirmou que existem muitas queixas, sendo o sistema precário, tendo havido uma defasagem
135 entre o planejamento em 1996 e a realidade atual, não tendo sido considerado o fato de ser
136 uma área de interesse turístico. O Procurador da República, Dr. FÁBIO NÉRI VENZON
137 abordou a questão da suspensão das construções na área da Bacia 1 pela SEMURB,
138 informando que até o final de outubro do corrente ano, há condições de suspensão da
139 medida, desde que se encontre uma definição concreta com o estabelecimento de
140 responsabilidades, alocação de recursos financeiros e fixação de prazos. Será então assinada,
141 pelas partes, o Termo de Ajustamento de Conduta. Em seguida, o Presidente determinou que
142 o Secretário Executivo do CONPLAM controlasse a solicitação da palavra, pelos
143 participantes da reunião. O engenheiro KALAZANS LOUZÁ BEZERRA DA SILVA

144 criticou a SEMOV pela solução adotada para a drenagem de Capim Macio, especialmente
145 quanto ao túnel que despejará água na praia de Ponta Negra. O Conselheiro do CONPLAN,
146 Eng^o. WILSON LUIZ CARDOSO, solicitou que se providenciasse a elaboração do Plano
147 Diretor de Drenagem e pediu esclarecimentos sobre a solução em curto prazo a ser adotada
148 em relação ao saneamento básico de Ponta Negra. O Diretor Técnico da Empresa convidou,
149 então, o Gerente de Projetos da CAERN para apresentar a solução a ser adotada no prazo de
150 cento e cinquenta dias. Em seguida, o Conselheiro do CONPLAN, Eng^o. KALAZANS
151 LOUZÁ BEZERRA DA SILVA perguntou se a medida a ser adotada para a solução do
152 problema do saneamento básico de Ponta Negra se compatibiliza com o Plano Diretor,
153 devendo ser estabelecidas as prioridades para execução dos projetos, assegurando-se os
154 recursos para implantação. O Conselheiro do CONPLAN, FÁBIO RICARDO GÓIS
155 enfatizou a necessidade do planejamento das ações. Em seguida o Conselheiro do CONSAB
156 e técnico da CAERN, Sr. ISAÍAS DE ALMEIDA COSTA FILHO, justificou a ausência do
157 CONPLAM na discussão do problema de saneamento básico de Ponta Negra, pela
158 exigüidade do tempo. Em seguida, o técnico da CAERN, Senhor MARCOS ANTONIO
159 CALAZANS contestou o expositor, o Senhor GEORGE CUNHA, afirmando que a proposta
160 de tratamento anaeróbico contraria a resolução nº 357 do Conselho Nacional de Meio
161 Ambiente, CONAMA, ressaltando que a situação de Natal era bastante diferente em relação
162 à Capital paraibana. O palestrante reconheceu que o processo proposto não é tão eficiente,
163 mas é aceitável pela relação custo/benefício e afirmou que o órgão ambiental, no caso o
164 IDEMA deveria definir que nível da eficiência seria admissível para que o Rio Jundiá ou
165 Rio Potengi recebessem os efluentes, considerando que a solução aplicável a João Pessoa
166 não corresponderia necessariamente aquela que Natal deverá adotar, em função das
167 peculiaridades inerentes a cada situação. Em seguida, Dr^a GILKA DA MATA, Promotora
168 Pública do Meio Ambiente, indagou ao Senhor GEORGE CUNHA se a proposta do destino
169 final na “Carnaubinha” poderia ser executada em módulos e se existiam estudos sobre a
170 capacidade de auto-depuração dos efluentes nos rios Jundiá e Potengi. O palestrante
171 afirmou que seriam construídas as estações uma a uma, no entanto, devido à necessidade do
172 sistema demandar um destino final, o investimento teria que contemplar todas as fases do
173 processo e que não tinha conhecimento sobre a capacidade de absorção dos rios. O
174 Presidente da ARSBAM, Sr. URBANO MEDEIROS, falou da necessidade da CAERN
175 elaborar o Plano Diretor de Abastecimento d’Água de Natal. Informou, também, que a
176 Agência está se estruturando e que realizará Concurso Público para admissão de pessoal no
177 próximo ano, contando atualmente com a consultoria do Prof. MANOEL MARQUES, da
178 UFRN. O Senhor ALDO DA FONSECA TINÓCO FILHO, indagou ao Gerente de Projetos
179 da Empresa sobre o parâmetro adotado na solução em curto prazo a ser adotado para o
180 saneamento básico de Ponta Negra, tendo o Gerente de Projetos da Empresa afirmado que
181 de conformidade com a SEMURB seria de 225 habitantes por hectare, sendo que o Senhor
182 ALDO TINÓCO retificou, afirmando que deveria ser utilizado o de 350 habitantes por
183 hectare. O representante da SEMURB apresentou justificativas, ficando definido que será
184 reavaliado o parâmetro, sendo que a Promotora Pública, Dr^a GILKA DA MATA, solicitou
185 que a SEMURB realizasse um levantamento e trabalhasse com os dados reais e atualizados
186 para evitar sub-dimensionamento do sistema mais uma vez. A Promotoria Pública do Meio
187 Ambiente afirmou que realizará uma Audiência Técnica agendada para o dia dezessete de
188 outubro do corrente, na sede da Promotoria, às treze horas e trinta minutos, com
189 representantes da CAERN, ARSBAN, CONPLAM, CONSAB, sendo que a Presidente do
190 CONPLAM e do CONSAB, Dr^a MARIA VIRGÍNIA FERREIRA LOPES convocará
191 Reunião Extraordinária do CONSAB, para dar continuidade à discussão dos temas em pauta
192 na presente reunião. Em seguida, a Presidente agradeceu aos palestrantes, aos convidados
193 especiais, aos conselheiros do CONPLAM, do CONSAB e aos demais participantes pela

194 presença, além de agradecer à direção do CREA pela cessão do espaço físico. Nada mais
195 havendo a tratar, determinou que eu, FRANCISCO MAXIMIANO BEZERRA, Secretário
196 Executivo recém-empossado, lavrasse ata que lida e achada conforme vai assinada por mim,
197 pela Presidente e pelos Conselheiros do Colegiado, presentes à reunião, dando por encerrada
198 a presente sessão.

FRANCISCO MAXIMIANO BEZERRA
Secretário Executivo

MARIA VIRGÍNIA FERREIRA LOPES
Presidente

Conselheiros:

FÁBIO RICARDO GÓIS

MANOEL DE OLIVEIRA CAVALCANTI NETO

RONALD GURGEL

FABRÍCIO DE PAULA LEITÃO

JORGE LUIZ N. CHAVES

HENRIQUE AFONSO LIMA

LUCIANO GALINA DE MEDEIROS

STÊNIO PETROVICH PEREIRA

WILSON LUIZ CARDOSO

KALAZANS LOUSÁ BEZERRA DA SILVA

DJALMA PINTO DE OLIVEIRA

DAVI QUEIROZ DE MEDEIROS